

## CONVERGÊNCIAS ENTRE OS CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS E A TEORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SACHS

Ricardo Lemos Pimenta<sup>1</sup>  
Adriana Presti Mattedi<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir, sob a ótica da teoria de desenvolvimento de Sachs, como os Circuitos Turísticos de Minas Gerais podem atuar como protagonistas regionais, para que o desenvolvimento sustentável do turismo aconteça. O modelo de associação concebido sob a forma de circuitos une o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. A Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG) foi o órgão governamental responsável pela implantação destes modelos de circuitos turísticos, baseada no programa de regionalização do Ministério do Turismo. Esta atuação fez com que o Estado de Minas Gerais fosse o pioneiro neste tipo de programa, servindo de modelo para outros Estados da Federação. Foi realizada uma pesquisa teórica baseada nos conceitos de desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e circuitos turísticos, além das diretrizes do programa de regionalização do Ministério do Turismo. Conclui-se que os princípios dos circuitos turísticos de Minas Gerais harmonizam-se com os pilares da teoria de desenvolvimento de Sachs que são: social, ambiental, territorial, econômico e político e, como tal, pode ser uma ferramenta propícia a impulsionar o desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado proposto por Sachs.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável, Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

### 1 Introdução

Ao longo do tempo, e em todo planeta, o turismo mostrou-se como uma atividade capaz de estreitar as distâncias socioculturais e articular intercâmbios de relações para reduzir as diferenças sociais e econômicas, ao revelar que sua prática favorece o estímulo à economia e conservação da cultura local (OLIVEIRA, 2006). O turismo é uma das forças econômicas mais importantes do mundo (TELFER; SHARPLEY, 2015); aproximadamente 10% do PIB mundial, segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2018). Com isso, esta atividade tornou-se uma das mais importantes fontes de geração de renda e emprego, e um fator importante para a balança de pagamentos de muitas nações. Em muitos países do mundo (Marrocos, Malásia, Tailândia, Malta, etc), o turismo está estabelecido como a principal atividade econômica e também é o setor econômico que cresce mais rápido em termos de expansão e criação de emprego.

Paralelamente, nos últimos anos, a participação da sociedade civil no planejamento das políticas públicas tem aumentado, embora lentamente, e sido objeto de reivindicação

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade, pela Universidade Federal de Itajubá.

<sup>2</sup> Professora associada do IMC da Universidade Federal de Itajubá. Doutora em Computação Aplicada. E-mail: amattedi@unifei.edu.br.

em diferentes atividades, organizações não-governamentais (ONGs), grupos sociais, setores produtivos, etc (ARAUJO, 2014; BAQUEIRO, 2016; SANTOS; SILVEIRA, 2008). Esta participação tem por objetivo influenciar os investimentos disponibilizados pelo poder público para que os projetos desejados pela maioria da população possam ser executados de forma sustentável e também para fiscalizar a aplicação desses recursos. Nesta vertente, é possível compreender até que ponto as políticas públicas podem ajudar a solucionar questões ou problemas cotidianos e verificar os impactos das ações (causa e efeito) perante à comunidade. Assim, o envolvimento da sociedade nos rumos das políticas públicas é elemento chave para seu desenvolvimento de fato, pois quando as decisões são tomadas sem a participação de todos os atores, as políticas públicas tendem a não corresponder às necessidades que deveriam ser sanadas para seus cidadãos.

A gestão compartilhada é uma forma de participação colaborativa de trabalho que vê o poder público como um de seus pares, com pessoas e instituições dispostas a partilharem de seu tempo e experiência para a construção de um modelo de desenvolvimento e evidencia o interesse da sociedade civil no tema (GOHN, 2007). A cooperação e o protagonismo passam a ser, então, resultados de sentimentos de pertencimento dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento que inclui etapas de planejamento, concepção e, principalmente, de decisão (IRVING, 2009). Alguns autores (MACBETH; CARSON; NORTHCOTE, 2004; TOSUN, 2006) defendem que o envolvimento e participação da sociedade civil organizada e da iniciativa privada junto ao poder público é, para o turismo, essencial. Essa dinâmica se constrói a partir da conscientização e trabalho de base sobre a economia do turismo, associações, papéis dos atores e outras iniciativas que fortalecem os laços entre todos os envolvidos

Neste cenário, os processos sociais de participação coletiva e sua estrutura organizacional de auto-gestão fazem das associações um elemento fundamental em tempos de mudanças da ordem econômica e social (GERLACH; BATALHA, 2003; LORENDAHL, 1996; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2011; QUANDT *et al.*, 2017). Parte-se do princípio de que, se a associação for bem-sucedida, esta influenciará o desenvolvimento sustentável do turismo, gerando renda e melhorando a qualidade de vida da população da região (GOMES; SANTOS, 2007; LORENDAHL, 1996). Dentre estas, os circuitos turísticos são associações regionais que reúnem o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, todos atores interessados no desenvolvimento sustentável do turismo. No Estado de Minas Gerais, os circuitos turísticos foram criados pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-MG) de forma a fortalecer a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico, ambiental, social e cultural (PIMENTA, 2017).

Entretanto, é preciso enfatizar que a palavra desenvolvimento traz consigo diversos significados e conceitos e que este conceito deve ir muito além do viés basicamente econômico; deve-se considerar os aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos que influenciam o bem-estar social de uma sociedade.

No que se refere a literatura sobre teoria de desenvolvimento baseada no turismo, conforme Jafari (1989), citado por Telfer e Sharpley (2015), esta evoluiu ao longo das décadas. O autor apresenta quatro estágios na literatura enfatizando o turismo como

ferramenta de desenvolvimento. O primeiro estágio (Advocacia) ocorre na década de 1960, com o turismo sendo visto como um veículo positivo de desenvolvimento nacional e internacional, com ênfase no crescimento econômico – geração de renda e emprego; a segunda etapa (Cautelar) acontece a partir do final da década de 1960, sendo a preocupação cada vez mais ligada aos impactos ambientais e socioculturais negativos da intensificação do turismo; o terceiro estágio (Adaptação) verifica-se a partir da década de 1980, e apresenta um desenvolvimento alternativo para o turismo com as comunidades sendo as principais instigadoras e beneficiárias do turismo e já com alguns conceitos do que hoje se chama ecoturismo; por fim, a quarta etapa (Conhecimento), é uma fase contemporânea, que ainda se mantém, segundo Telfer e Sharpley (2015), onde o maior conhecimento da maneira como se desenvolve o turismo trouxe melhor entendimento de que o conceito anterior de turismo alternativo não é tão realístico e que uma combinação entre os diversos atores e aspectos de uma atividade produtiva, como o é a atividade turística, devem ser considerados.

Neste contexto, a ideia de desenvolvimento sustentável do turismo parte da premissa de que este surge de acordo com a possibilidade de recursos (naturais, humanos e equipamentos) existentes no local ou região antes de aplicar a atividade turística. Para que este levantamento e ação ocorram, deve haver uma cooperação entre os diversos atores sociais que participam da discussão da implantação do modelo de política pública focada no desenvolvimento sustentável como está estipulado nas diretrizes dos circuitos turísticos (Pimenta, 2017). Ainda, a participação da sociedade civil organizada, a iniciativa privada e o poder público unidos sob a forma de uma associação têm a capacidade de fazer com que o desenvolvimento seja realizado para além da dimensão econômica, podendo, desta forma, suprir a emergência de conselhos *quadripartites*, ou seja, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável (Social, Territorial, Ambiental, Econômico e Político) proposto por Sachs (2008).

Os temas como associações turísticas e desenvolvimento sustentável do turismo são assuntos já tratados por alguns pesquisadores (GHOSH; SIDDIQUE, 2017; HARRIS; GRIFFIN; WILLIAMS, 2002; MOWFORTH; MUNT, 2015; STODDARD; EVANS; DAVÉ, 2008), mas sem que haja uma relação interdisciplinar entre os diversos conceitos que envolvem e, também compatibilizado com a prática real, que identifique como a união dos atores pode ser benéfica para o poder público, a iniciativa privada, sociedade civil e o meio ambiente. Por isso, o olhar proposto neste artigo é ser interdisciplinar com o viés de desenvolvimento sustentável proposto por Sachs (2008) como diretriz para diversas políticas públicas, incluindo o Turismo.

Desta forma, o objetivo do artigo é discutir o modelo dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais como protagonistas para que o desenvolvimento sustentável do turismo aconteça, sob a ótica da teoria de desenvolvimento de Sachs.

Além da introdução e da metodologia, o artigo aborda os conceitos de desenvolvimento sustentável, a abordagem de Sachs e o conceito de turismo sustentável. Após são apresentados o modelo do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo e também os circuitos turísticos em Minas Gerais. Por fim, são

discutidas as convergências entre os pilares dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais e a da teoria de desenvolvimento sustentável de Sachs e as considerações finais.

## 2 Metodologia

Esta é uma pesquisa teórica baseada nas convergências entre os conceitos de desenvolvimento sustentável proposto por Sachs e os circuitos turísticos de Minas Gerais. Para isso, buscou-se efetuar um estudo bibliográfico sobre os conceitos que norteiam os objetivos a propostos neste trabalho. O estudo foi fundamentado em livros e artigos científicos, os quais versavam sobre desenvolvimento e turismo sustentável assim como as diretrizes do programa de regionalização do Ministério do Turismo.

As palavras chaves utilizadas na pesquisa variavam entre as combinações de “Desenvolvimento Sustentável”, “Sachs”, “Turismo sustentável”, “Circuitos Turísticos”, “Circuitos Turísticos de Minas Gerais” e “Diretrizes do programa de regionalização do Ministério do Turismo”.

Ressalta-se que a Revisão Bibliográfica, elaborada mediante às consultas e pesquisas previamente abordadas, foi dividida em dois tópicos: Desenvolvimento Sustentável e Regionalização do Turismo e os Circuitos Turísticos em Minas Gerais.

O primeiro tema pesquisado buscou elucidar os conceitos de desenvolvimento sustentável, enfocando a abordagem de Sachs e também o conceito de turismo sustentável. O segundo tópico consultado visou explanar o modelo de desenvolvimento regional do turismo através do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo e também os circuitos turísticos em Minas Gerais.

### 2.1 Desenvolvimento Sustentável

Historicamente, o conceito de desenvolvimento acarreta necessariamente a expiação e a reparação de antigas desigualdades, criando uma ligação capaz de resolver questões sobre o abismo civilizatório entre as antigas colônias e suas matrizes europeias, entre minorias ricas e “modernas” e a maioria de trabalhadores pobres “atrasados”. O termo desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva que a mudança estrutural na sociedade pode propiciar. Igualdade, equidade e solidariedade estão implícitas na ideia de desenvolvimento (SACHS, 2008).

Segundo Santos (2004), há alguns estudos que encaram o desenvolvimento de forma isolada como por exemplo: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável. Há uma confusão histórica que atrela o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, atualmente comprometido com o sucesso do processo de industrialização, medido pelo PIB *per capita*. Os aspectos sociais, humanos e ambientais foram recentemente incorporados aos conceitos de desenvolvimento nas décadas mais recentes, porém ainda prevalecendo a aceitação de que, sem obter um crescimento econômico, é difícil também obter o bem-estar social.

Pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento vai muito além da mera acumulação de riqueza. O crescimento econômico é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para que se alcance uma vida melhor e mais completa para todos. Ainda, para Sachs (2008), os conceitos de desenvolvimento têm recebido diversos adjetivos ao longo do tempo (econômico, social, político, cultural, sustentável) e, apesar disso, não se tem obtido respostas satisfatórias em relação ao desemprego em massa e a desigualdade social crescente.

Hoje, a economia regida pela “abordagem de engenharia” (assim chamada pela forma tecnicista e objetiva como se apresenta) é dominante a ponto de fazer com que a ética seja esquecida. Se o crescimento não reduz a pobreza e não amplia emprego, não é um desenvolvimento ético (SEN, 2000).

Segundo Sen (2000), desenvolvimento também pode ser encarado em termos da apropriação efetiva de direitos humanos como: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais (direito ao trabalho digno, por motivos intrínsecos e instrumentais); direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Reforçando as ideias de Sen, Favareto (2007) afirma que, para uma melhor compreensão do conjunto e da complexidade dos estímulos que regem o comportamento humano, os sentimentos como a solidariedade não podem ser desprezados em análises econômicas, pois essas não expressam a realidade como um todo.

Fleury (2006) reforça a importância dos estudos de Amartya Sen nos rumos das discussões de desenvolvimento que ultrapassa a visão de desenvolvimento econômico, e traz a reflexão de que o desenvolvimento humano existe onde a condição de equidade seja aceitável pelas partes envolvidas. Além disso, para a autora, a construção de um espaço público no centro do debate, com o enfoque no desenvolvimento humano, deve existir. A perspectiva relacional desse construto político deve ser feita de modo que transcenda o âmbito do indivíduo que busca seu próprio bem-estar, para pensar o bem-estar como uma construção de toda a sociedade.

Para Fischer (2002), desenvolvimento é o entendimento de que tudo é um processo que deve ser compartilhado e que, uma vez atingidos os resultados, estes são capazes de gerar mudanças quando há o envolvimento coletivo da comunidade neste processo.

Essa avaliação do processo de desenvolvimento a partir de outros olhares, outras disciplinas, outros atores e agentes, acrescentam ao conceito de desenvolvimento outras características que não eram avaliadas até pouco tempo (VAN BELLEN, 2010). Nesta vertente, o meio ambiente e as ciências sociais surgem como demandas atuais para o estudo de novas formas de pensar o desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento sustentável passa a ser destacado com relevância na agenda mundial, pois existem os impactos pelas interfaces das condições humanas, éticas, socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas e mudanças nos estatutos jurídicos.

Entretanto, para Sousa (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável é amplo e isso pode fazer com que ele seja interpretado a partir das perspectivas de um grupo dominante da sociedade, estabelecendo ações a serem colocadas em prática com base nos

seus princípios norteadores, em detrimento do real interesse da sociedade. Portanto, é relevante que a política de desenvolvimento busque o equilíbrio entre sociedade e natureza, não menosprezando a importância do desenvolvimento econômico, mas atribuindo a ele um papel que integre os aspectos: social, ambiental, político e cultural.

Neste contexto e a partir do conceito de ecodesenvolvimento, que tem como ideia central a sinergia e integração entre desenvolvimento, comunidades e meio ambiente, Sachs formulou os princípios básicos do desenvolvimento sustentável propondo que as políticas públicas levassem em consideração os limites de renovação dos recursos naturais. Sachs (2008) afirma que o desenvolvimento se insere na sociedade de maneira a suprir as necessidades básicas da vida como abrigo, roupas e comida, além de dar oportunidades de as pessoas desenvolverem seus talentos, trabalharem decentemente e, com isso, se sentirem seguras, emancipadas e auto realizadas. Um desenvolvimento incluyente, sustentado e sustentável se faz com planejamento estratégico, viabilidade econômica das ações, decisões democráticas, participação da sociedade e atores envolvidos e solidariedade com as gerações futuras afim de preservar os recursos naturais. Ainda, para o autor, o desenvolvimento incluyente pode potencializar o acesso à garantia dos direitos civis, cívicos e políticos garantindo que a democracia seja fundamental e fator determinante para que os funcionamentos dos processos de desenvolvimento sejam transparentes.

Ainda, na visão de desenvolvimento sustentável proposta por Sachs (2008), o Estado possui três funções principais: articular os espaços de desenvolvimento (local e transnacional); promover parcerias entre os atores sociais interessados com compromisso com o desenvolvimento sustentável e; buscar um equilíbrio através de metas de sustentabilidade (econômica, política, social, ambiental, territorial, cultural e ecológica) e das cinco eficiências (alocação, inovação, keynesiana, social e a ecoeficiência) por meio de um planejamento estratégico. Há ainda a emergência de conselhos *quadriparties*, onde os atores envolvidos em cada cenário (autoridades públicas, trabalhadores, sociedade, iniciativa privada, etc) debatem e definem as ações a serem colocadas em prática de maneira democrática.

O conceito de desenvolvimento sustentável possui cinco pilares, de acordo com Sachs (2008):

- Social: por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais.
- Ambiental: com duas dimensões (como sistema de sustentação da vida e como lugar para armazenar resíduos).
- Territorial: que se relaciona com a distribuição espacial das populações, recursos e atividades.
- Econômico: com a viabilidade econômica como fator determinante para que as coisas sejam realizadas.
- Política: administração democrática, liberdade de atuação e representação verdadeira para que as coisas se realizem.

O desenvolvimento sustentável exige uma sinergia positiva entre essas cinco dimensões sustentáveis. Outro ponto a se destacar, ainda dentro desta teoria, é a exigência

de se evitar a competitividade destrutiva, com base na depreciação dos recursos naturais e do trabalho. Pode-se perceber que a igualdade, equidade e solidariedade estão implícitos no conceito de desenvolvimento. A meta passa a ser a de promover a igualdade e maximizar as vantagens ou os benefícios daqueles que vivem em piores condições, de forma a reduzir a pobreza, e não apenas maximizar o crescimento da riqueza da sociedade. A solidariedade com as gerações presentes e futuras é uma nova visão ética para com o mundo e a sociedade (SACHS, 2008).

Por fim, Sachs (2008) destaca a necessidade de haver equilíbrio entre os cinco pilares mencionados. Ele também alerta para que se evite a armadilha da competitividade destrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais.

## 2.2 Turismo Sustentável

O período pós segunda guerra mundial, marcado pela Guerra Fria, o processo de descolonização, internacionalização da economia e também os modelos de desenvolvimento sendo testados e problematizados social, econômica e politicamente foram fatores que, dentro de um contexto propício, alçaram a construção da imagem em torno do turismo em âmbito internacional como fator de desenvolvimento e política de Estado (CAPANEGRA, 2014). Esses fatores são destacados pelo autor como um processo de fusão entre as condições políticas e socioeconômicas de cada país em que o turismo foi promovido como política de Estado. Esse processo se consolidou quando, em 1960, as Nações Unidas defenderam a tese de que o turismo é uma ferramenta que leva ao desenvolvimento, em especial, nos países em desenvolvimento. Assim, a crença de que o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento ganhou força no âmbito dos organismos internacionais e se transformou em uma doutrina que se estendeu aos países subdesenvolvidos na forma de fomento técnico financeiro vinda principalmente dos países desenvolvidos e de organismos internacionais como a própria ONU (CAPANEGRA, 2014).

A partir deste fomento, o turismo passou a ser um dos principais setores de geração de emprego e renda do mundo. De fato, o turismo moderno demonstra ser uma atividade socioeconômica capaz de gerar renda, oportunidades de trabalho e destaque para algumas regiões (FREIRE; FERREIRA, 2015). Entre os setores da economia que o turismo movimenta, pode-se citar a hotelaria, esportes, lazer, congressos, exposições, artes, brindes, artesanato e outras ofertas com ligação direta ou indireta, às viagens em grupo ou individuais (BARBOSA, 2005). Além disso, as modernas tecnologias de comunicações e a ampliação e acesso de mais pessoas às ofertas de transporte são fenômenos que acontecem em diversas regiões, aumentando as bases do setor e incentivando o crescimento deste segmento (OLIVEIRA, 2000). Entretanto, estes cenários de crescimento nem sempre são alcançados, assim como nem sempre as políticas de fomento se traduzem em preocupações com as especificidades locais e com os atores neles inseridos. Ao contrário, estas políticas *top-down* planejadas e geridas por entes federativos possuem limitações dialógicas pois, mesmo que tenham a participação de

diversos segmentos da sociedade civil, desconhecem ou não consideram as estruturas e competências locais (EMMENDOERFER, 2008). Além disso, o cenário capitalista gera dificuldades à implantação de políticas públicas sustentáveis, acarretando em problemas sociais, culturais e ambientais pois privilegia o desenvolvimento econômico (o lucro) à semelhança dos processos industriais, revelando assim que o modelo atual de políticas públicas voltadas ao turismo não prioriza o ideal de desenvolvimento sustentável (SONAGLIO, 2018).

Outro fator que interfere no desenvolvimento das políticas públicas de turismo são algumas disparidades socioeconômicas e inter-regionais e, onde a iniciativa privada deveria ser coparticipante das atividades turísticas, vê-se uma intensa seletividade no emprego dos escassos recursos públicos que canalizam os investimentos em complexos turísticos construídos pela iniciativa privada sem participação de outros atores, com viés fundamentalmente econômico. A maioria deles é incentivada por governos estaduais que desconhecem ou mesmo não cumprem aos preceitos da política estratégica de desenvolvimento regional (BENI, 2003). Além disso, dado que a sustentação econômica do turismo está aliada à comercialização contínua de novas paisagens naturais e históricas, vistas como meras mercadorias, Rodrigues (1999) alerta para a possível incompatibilidade entre turismo e sustentabilidade. Porém, o desenvolvimento do turismo, se bem administrado, pode, sim, revitalizar indústrias tradicionais, colaborar para a redução da pobreza e, principalmente, influenciar a população local para um desenvolvimento com uma consciência preservacionista da herança cultural e ambiental (VERDINELLI, 2001). A possibilidade de haver uma sintonia entre a atividade turística e o meio ambiente é uma verdadeira mudança no modo de pensar, uma inovação conceitual para superar a tradicional contradição de que a indústria destrói para produzir e o turismo deve preservar para produzir (RUSCHMANN, 2000).

Para Brasileiro (2012), a atividade turística pode despertar a possibilidade de uma tomada de consciência nos turistas e nos nativos, como agentes da mudança social. Os saberes populares, a cultura de um povo e tudo o que foram desconsiderados e desprezados, sinônimos de atraso sociocultural e econômico em outrora, é revalorizado e protegido como patrimônio no turismo. O desenvolvimento humano está intrínseco nos objetivos do turismo e do desenvolvimento ao mesmo tempo que pode ser uma ferramenta de transformação social em um processo de participação da sociedade.

É importante ressaltar que o turismo deve ser visto como um fenômeno social com capacidade de intervir, melhorar e assim tornar as relações mais humanas, e ser avaliado nos âmbitos social, econômico, político e cultural e em todas as suas inter-relações, pois, destaca-se como um movimento de reciprocidade que acontece dentro da produção cultural de uma determinada sociedade. Compreender esse fenômeno faz com que os diversos atores envolvidos pensem nas consequências das atividades a serem desenvolvidas para que vá além do conteúdo econômico (AGUIAR e SOUZA, 2017; BENI e MOESCH, 2017).

A questão da responsabilidade social, segundo Beni (2006), está diretamente ligada ao envolvimento do turismo com a população local, ou seja, esta última precisa ser

ouvida para que ela participe da organização das atividades, e aponta então a importância de uma gestão participativa nas localidades onde o turismo irá se desenvolver. Neste cenário, indo de encontro com as definições de Sachs (2008) sobre desenvolvimento sustentável, o conceito de turismo sustentável parte da premissa de que as atividades desenvolvidas pelas gerações presentes devem ocorrer sem degradação nem esgotamento dos recursos, garantindo desta forma, o desfrute da atividade turística pelas gerações futuras. Assim, a relação entre turismo e sustentabilidade engloba o fato de priorizar, não apenas o aspecto econômico, mas também o sociocultural e ambiental, afim de reduzir os impactos negativos que podem surgir da atividade (DIAS, 2003). O autor também afirma que é preciso ter como premissa uma “ética global” nas relações estabelecidas pela atividade, para que se alcance essa harmonia entre o turismo, o meio ambiente e a sociedade. Mas, para que este fato ocorra, torna-se fundamental o planejamento turístico, para potencializar seus efeitos positivos e minimizar as mazelas causadas pela atividade até atingir o desenvolvimento esperado (RUSCHMANN, 2000).

Em decorrência do efeito multiplicador na economia local, o processo de organização e planejamento do turismo compreende diversos atores, de diversos seguimentos, envolvendo poder público (Estado), a iniciativa privada (mercado) e a sociedade civil organizada. Destacam-se, neste processo, as relações entre o Estado e os agentes privados para preencher as lacunas nos serviços e programas estatais, a mobilização da comunidade para participar do planejamento e implantação de projetos, alcançando metas que os órgãos públicos sozinhos não conseguem atingir (DIAS, 2003). Por conseguinte, o sucesso da implantação de políticas públicas durante a fase de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento sustentável depende da articulação e cooperação entre as esferas pública e privada (DOTTO *et al.*, 2018). Por um lado, para Souza, Ferreira e Souza (2005), cabem às empresas do setor privado ligadas à indústria do turismo a responsabilidade pelas transformações sociais do ambiente onde atuam, de forma que estas preservem a cultura das populações locais e do ambiente natural e fomentem a melhoria dos índices de desenvolvimento humano - IDH, geração de empregos e renda, entre outros. Por outro lado, não se pode depender somente do mercado, pois os mercados são uma instituição entre muitas que participam do processo de desenvolvimento e, por natureza, são insensíveis e amorais aos processos sociais (RICUPERO, 2002). Assim, para que o planejamento turístico seja legitimado, é necessário que haja equilíbrio entre a participação dos atores locais e que as características e particularidades desse local (cultura, meio ambiente, patrimônio, etc.) sejam respeitadas e levadas em consideração. A ideia é respeitar a capacidade de carga receptiva do local e que esta esteja dentro de limites aceitáveis de exploração da atividade, desenvolvendo um turismo duradouro e menos danoso (REZENDE; REZENDE, 2005).

Segundo Szekut (2017), quando se trata de desenvolvimento sustentável no turismo, dá-se maior destaque às questões das relações do homem com a natureza e sua preservação, ou seja, ecoturismo e patrimônio natural. Todavia, o turismo cultural também está relacionado à sustentabilidade, o qual tem o patrimônio cultural tanto material como imaterial como seu “produto”, pois também se relaciona com as questões

de vivência e preservação, ou seja, a sociedade. Deste ponto de vista, parte-se do princípio que a atividade turística está mais relacionada com a prática em si do que ao desenvolvimento de um segmento específico. Ainda para a autora, o desenvolvimento sustentável do turismo vai além e afirma que podem existir outras formas de se realizar as atividades, como por exemplo o turismo de base comunitária, no qual as comunidades fazem uso de seus bens e práticas socioculturais (materiais e imateriais) como produto turístico. Sendo assim, o uso do patrimônio cultural no turismo de forma sustentável está relacionado a uma gestão adequada e não se restringe a modalidades circunscritas.

De Carvalho (2014) afirma que não é possível que o desenvolvimento sustentável do turismo se realize sem planejamento e gestão, o que, é um dos assuntos mais importantes na atividade turística. Porém são escassos os estudos sobre Gestão Pública do Turismo pela institucionalização do turismo como política pública ser recente.

No próximo item será apresentado o Programa de Regionalização do Turismo no Brasil.

### **2.3 Programa de Regionalização do Turismo no Brasil**

No Brasil, o Ministério do Turismo é a maior instância reguladora para a atividade turística. Seu objetivo é desenvolver o turismo como atividade econômica por meio de estratégias descentralizadas para ser capaz de gerar empregos e inclusão social. O país detém as condições necessárias para gerar resultados econômicos e sociais de forma sustentável, uma vez que o mercado brasileiro apresenta vantagens comparativas baseadas na diversidade de destinos turísticos e na oferta de preços competitivos (BRASIL, 2013).

Assim, para fins de planejamento e gestão e, como estratégia de organização, foi lançado em 2004 o macro programa de regionalização do turismo brasileiro, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. O programa visa fortalecer e atender as demandas, diversidades e características de cada território com suas particularidades. Esse modelo descentralizado de gestão pública para o turismo cria, de forma coordenada e integrada, através dos princípios da sustentabilidade, flexibilidade, cooperação, mobilização e articulação um relacionamento intersetorial e interinstitucional regional (FUINI, 2011).

Segundo Malaquias (2015), o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, fortalecido pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016, é validado e qualificado a partir de discussões e proposições realizadas na esfera do Sistema Nacional de Turismo, das equipes técnicas do Ministério do Turismo, das avaliações feitas pelas instâncias governamentais, da Rede Nacional de Regionalização e, por fim, da consulta pública. Esses programas e ações procuram definir suas diretrizes de forma a refletir algumas das aspirações da sociedade, recuperam a determinação da ação do Estado e possibilitam o surgimento das diversidades dos territórios, transformando-as em economia mais forte, capaz de gerar o estado do bem-estar.

Para que o processo de regionalização do turismo alcançasse os resultados desejados, algumas diretrizes foram definidas, conforme mostrado na Figura 1 na próxima página. São elas:

-Descentralização: adotar os métodos e processos de gestão descentralizadas norteadas pelo Sistema Nacional de Turismo.

-Inclusão: facilitar as relações sociais, culturais, políticas e econômicas, compreendendo a região como um espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais.

-Abordagem territorial: adotar esta referência para o desenvolvimento.

-Integração e participação social: fortalecer o protagonismo da cadeia produtiva da atividade turística regionalmente, no conjunto dos municípios e nos processos de gestão das políticas públicas.

-Sustentabilidade: preservar a identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais e entender o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para tal.

-Inovação: capacitar a cadeia produtiva do turismo de forma a fazer com que os destinos turísticos entendam que sua estruturação depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade, gerando a ampliação do número de associações, cooperativas, micro e pequenas empresas, formalização dos serviços e qualificação das pessoas, articulação de redes, investimentos em tecnologias entre outros processos que buscam ofertar produtos e serviços segmentados que consigam agregar valor ao patrimônio sociocultural e ambiental e, como resultado, amplia a capacidade de produção, de postos de ocupação, disseminação e logística para a circulação de produtos e serviços e por fim gerar renda ao território;

-Competitividade: gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

**Figura 1.** - Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes



Fonte: Malaquias (2015).

As diretrizes são (BRASIL, 2013):

A regionalização do turismo permite que ocorra a descentralização do processo de tomada de decisão, o qual, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de estruturas complexas de comunicação entre todos aqueles que, de alguma forma, são afetados pelas decisões, saibam exatamente seus direitos e deveres pensando no desenvolvimento turístico local (MOLINA, 2003).

A descentralização da atividade turística é relevante, pois influencia no aumento da oferta turística, necessidade de roteirização e, conseqüentemente, o aumento de fluxo de pessoas e equipamentos turísticos. A descentralização também permite que os atores dos municípios integrantes participem na tomada de decisões através do rodízio administrativo. Porém, o planejado e implementado como política pública deve atender à real necessidade dos atores que vivem na base local onde as relações realmente acontecem e os impactos podem ser positivos ou negativos. Na maioria das vezes, as esferas superiores, como o governo de um estado, não têm o conhecimento necessário sobre a cultura da região e isso compromete as políticas públicas uma vez que os moradores locais não têm suas necessidades atendidas e também gera um desperdício do escasso dinheiro público para investimento no turismo.

Conforme destaca Botelho e Fraga (2015), o desenvolvimento do turismo regional depende de inovação social e criatividade para identificar as reais necessidades da comunidade e, também, na busca de soluções através da participação social dos atores envolvidos combinando sustentabilidade econômica do turismo com qualidade de vida e proteção da natureza, história e cultura.

A regionalização do turismo permite que ocorra a descentralização do processo de tomada de decisão, o qual, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de estruturas complexas de comunicação entre todos aqueles que, de alguma forma, são afetados pelas decisões, saibam exatamente seus direitos e deveres pensando no desenvolvimento turístico local (MOLINA, 2003).

## 2.4 Circuitos Turísticos em Minas Gerais

Sendo o espaço geográfico, na atividade turística, seu principal objeto de consumo, isso explica um de seus pontos mais importantes: o consumidor-turista tem obrigatoriamente que se deslocar até o produto de consumo, o lugar turístico e assim gastar tempo e dinheiro no local (CRUZ, 2001).

Quando as aglomerações setoriais se desenvolvem no espaço geográfico e criam redes de fluxos de matérias-primas, produtos, informações, etc, em escala regional, tem-se os circuitos espaciais de produção, dentre os quais se colocam os circuitos turísticos. Esses circuitos são definidos pelos movimentos de fluxos e trocas de bens e serviços por meio de recortes territoriais, não necessariamente em áreas contíguas. As trocas e fluxos de informações, caracterizam os "círculos de cooperação" como forma reguladora de um circuito produtivo indo para além das trocas e fluxos materiais (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

Por isso, a atividade turística, por sua vez se realizada de modo planejado, executado a partir das expectativas e capacidades dos sujeitos que neles vivem, conforme estudos de Scótolto e Netto (2015), e quando integrado, seja na esfera privada e/ou pública, pode contribuir com a sustentabilidade do desenvolvimento e minimizar impactos negativos.

No Brasil, o advento dos Circuitos Turísticos teve seu início vinculado às agências de turismo pela formação de "pacotes" e "roteiros", reunindo os atrativos turísticos principais de cada cidade e seus municípios vizinhos (FUINI, 2011). Os circuitos turísticos são associações e são também vistos como uma forma de organização social, que compreendem uma dada região geográfica, caracterizados por algumas afinidades nas áreas da cultura, história e natureza que, combinados com os atrativos e equipamentos turísticos, fazem com que o turista queira permanecer mais no local e, conseqüentemente, aumente seus gastos, gerando emprego e renda para a comunidade (PIMENTA, 2017).

No Estado de Minas Gerais, para fomentar a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural, foi definida a política pública de circuitos turísticos no estado através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-MG). Atualmente são 46 Circuitos Turísticos certificados, contando com a região da capital Belo Horizonte,

envolvendo aproximadamente 470 municípios regionalizados em todas as regiões de Minas Gerais constituídos sob a forma jurídica de associações, com regimentos próprios e que reúnem em sua estrutura a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada (SETUR-MG, 2018).

Para participar da política de turismo do Estado de Minas Gerais, os municípios devem se associar à algum circuito turístico. A Lei nº 43.321/2003 definiu circuito turístico como: "o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais, e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional" (RAMOS, 2007).

Para a SETUR-MG (2018), os circuitos turísticos "abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional". A SETUR-MG reconhece os Circuitos Turísticos como as instituições que representam os municípios associados nas atividades turísticas, desde que atendam as normas de certificação estabelecidas. O circuito é administrado por uma entidade sem fins lucrativos onde cada associado paga uma mensalidade para fazer parte (GOMES e SANTOS, 2007).

A SETUR-MG não tem influência sobre as decisões dos Circuitos Turísticos, somente acompanha o processo de organização e orienta as ações para obtenção de melhores resultados para cada região. Como ainda não havia, na época da criação dos circuitos, nenhum modelo para ser copiado, o processo de gestão e organização dos modelos foi desenvolvido a partir das experiências vividas em cada região. Não houve nenhuma influência da SETUR-MG quanto ao modo de organização e gestão e verificou-se, posteriormente, que a melhor forma de organizar os Circuitos Turísticos era através de associações (EMMENDOERFER, 2008).

A gestão participativa e unificada de um circuito turístico faz com que ele tenha autonomia para representar seus integrantes na política de turismo do Estado de Minas Gerais. Um município só é contemplado pela política estadual de turismo quando está integrado a um circuito turístico. A ideia é encaminhar projetos, solicitar recursos e outras demandas surgidas nas associações para unificar metas (RAMOS, 2007).

De acordo com a SETUR-MG (2018), "o trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias". Para que se tenha sucesso enquanto empreendimento, o circuito turístico deve sempre promover ações conjuntas e coordenadas entre os membros além do projeto individual de cada município (EMMENDOERFER, 2008).

Beni (2006) argumenta que os circuitos envolvem uma série de mecanismos que possibilitam ao turista um acesso aos atrativos dos municípios de maneira circular. Sendo assim, teoricamente, o turista não passa mais de uma vez no mesmo local, uma vez que o acesso aos atrativos acaba em sua própria origem. Beni acrescenta que "a destinação do

turista passa a ser, então, o circuito como um todo, o qual apresenta grupos de atrativos ao longo de suas vias, que podem se caracterizar como sub-destinações”.

O conceito de circuito turístico está ligado diretamente a algum tipo de planejamento turístico onde essa união se pauta nos objetivos de melhor aproveitamento dos atrativos da região associados à alguns serviços e infraestrutura (hotéis, comércio, lazer, etc.) que potencializa os benefícios econômicos e socioculturais da região através da atividade turística. Outras estruturas de governança, como ONGs, associações, agências de desenvolvimento regional, OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), etc, são modelos de comitês gestores que colaboram para o planejamento e articulação das ações dos municípios integrantes, pois se abrem à participação de instituições de classe, do terceiro setor, de empresários, da comunidade, de instituições de ensino e das próprias prefeituras (EMMENDOERFER, 2008).

Segundo Bolson (2004), existem algumas características que são predominantes nos Circuitos Turísticos, como por exemplo:

- Característica geográfica: cria uma sensação de identidade regional a partir das aproximações socioculturais, ambientais e físicas.

- Características multitemáticas: oferecem diversidade em atrativos devido aos municípios terem aspectos distintos (religioso, negócios, saúde, eventos, rural, ecológico, cultura, gastronomia, etc.).

- Característica das ofertas em infraestrutura e serviços diversificadas: os centros turísticos detêm infraestrutura turística diversificada com preços variados. Eles possuem equipamentos e serviços mais aprimorados e sofisticados do que as unidades turísticas que são mais simples nesse sentido (restaurantes, postos de informação turística, hotéis, pousadas, albergues, sinalização turística, etc.).

- Característica das demandas diversificadas: além de possuírem demandas variadas, alcança todas as classes sociais de acordo com as características locais. O local, por ser estratégico de alguma forma, proporciona condições favoráveis para que turistas de diversas partes do país, e até mesmo do mundo, possam visitar (BOLSON, 2004).

A seguir, estão descritos alguns pontos fundamentais para a formação dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais (GOMES; SILVA e SANTOS, 2008):

- Identificar quais municípios possuem afinidades turísticas em um raio de 100 km.

- Envolver representantes do poder público, iniciativa privada e a comunidade local ou regional;

- Realizar a reunião de integração do circuito com aos técnicos da SETUR-MG.

- Definir o nome do circuito mediante a identidade em comum dos municípios participantes;

- Definir o tipo de organização gestora: Associação, ONG, Cooperativa, Agência de Desenvolvimento.

- Construir com todos os associados um estatuto e registrar.

Para obtenção do primeiro certificado, são exigidas ações mínimas para que o circuito venha a entrar em funcionamento como, por exemplo, ter endereço fixo, possuir um bacharel em turismo, logomarca, etc. A cada ano, a certificação deve ser revalidada

mediante algumas exigências da SETUR-MG. Os circuitos que obtêm a certificação recebem tratamento diferenciado nas políticas de turismo. Todo circuito deve realizar o levantamento da oferta turística da sua região, pesquisar demandas, organizar calendário de eventos e ter pelo menos um roteiro e um posto de informação turística em cada cidade participante (GOMES; SILVA e SANTOS, 2008).

A verificação das potencialidades turísticas ocorre através do Inventário da Oferta Turística. Este consiste em: levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, orientação ao desenvolvimento de produtos, capacitação de profissionais que atuam no setor através de diagnósticos setoriais, oficinas, consultorias e missões técnicas possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável.

Além disso, os municípios podem receber do governo estadual o ICMS-Turístico que é uma política que visa fortalecer e desenvolver o turismo em Minas Gerais. Essa política institucionalizou-se em 2009, através da SETUR-MG, com o apoio da FECITUR (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais) com a lei 18.030. O valor distribuído é de 0,1% do ICMS arrecadado pelo Estado baseado em dois índices: investimento em turismo do município habilitado e o somatório de investimento em turismo de todos os municípios habilitados a receber o incentivo. Porém, para fazerem parte da política do ICMS, os municípios devem cumprir alguns critérios como: funcionamento um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); ter planejada ou em fase de implementação uma política municipal de turismo e participar de um circuito turístico reconhecido pela SETUR-MG. Se um desses critérios não for cumprido impossibilita a habilitação do município na política (MINAS GERAIS, 2018).

Para fortalecer a união entre os municípios e favorecer o entendimento e integração da região para o turismo como fonte de desenvolvimento econômico e social, algumas ações devem ser executadas como, por exemplo: treinamento de empresários e pessoas relacionadas ao turismo da região, formação de redes setoriais, prospecção de novos associados e as visitas frequentes aos municípios para acompanhamento das ações públicas e privadas em função do planejamento para desenvolvimento do turismo regional. Esse envolvimento, organização e complementação de um município em relação aos outros membros do circuito, contribui para proporcionar uma melhor estrutura, seja ela de transporte, hospedagem, etc, para receber os turistas e mantê-los por um período maior na região, gerando mais empregos e renda (RAMOS, 2007).

Por fim, os desafios para consolidação da política de regionalização em Minas Gerais, através dos circuitos turísticos, ainda são muitos. Entretanto, já houve significativos avanços e conquistas que seguem contribuindo com o desenvolvimento turístico no estado e o efetivo empoderamento e protagonismo das regiões (SETTE, 2017).

### 3 As Convergências Conceituais entre a Teoria de Sachs e os Circuitos Turísticos de Minas Gerais

O turismo sustentável pode ser incluído à medida que permite o acesso da população à garantia dos direitos civis, cívicos e políticos e também permite que o Estado atue de forma sustentada e planejada (SACHS, 2008). Para tal, como faz parte de um mercado global, as organizações voltadas ao turismo estão percebendo que, de forma a competir neste mercado, há a necessidade de se articularem regionalmente para diferenciar-se em relação aos concorrentes (GOMES e SANTOS, 2007). A transformação da cultura administrativa unida ao incentivo à criação de empreendimentos coletivos, como APLs, associações, cooperativas, etc, melhoram a competitividade de maneira sadia, aumentam o poder de barganha desses empreendedores e fazem com que todos envolvidos consigam obter um resultado digno de sobrevivência para si e sua família (SACHS, 2008).

Seguindo a teoria de desenvolvimento sustentável proposta por Sachs (2008), percebe-se uma convergência entre os cinco pilares (social, ambiental, territorial, econômico e político desta teoria e o conceito de circuito turístico em Minas Gerais.

A primeira convergência é quando Sachs (2008) afirma que a existência de conselhos *quatriparties* de desenvolvimento facilita a tarefa de equilíbrio e cooperação entre os atores envolvidos no processo para se chegar aos objetivos esperados. Este conceito está na estrutura dos circuitos turísticos, conforme mostrado em SETUR-MG (2018) onde diz que “o trabalho destas entidades (circuitos turísticos) se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias”. Ou seja, dentro da concepção dos circuitos turísticos, existe a percepção da importância do estímulo de ações conjuntas entre os vários atores (Poder público, iniciativa privada e sociedade civil) de forma a aumentar a probabilidade de sucesso do desenvolvimento do projeto. De fato, o envolvimento e participação, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada junto ao poder público é, para o turismo, essencial. Essa dinâmica se constrói a partir da conscientização e trabalho de base sobre a economia do turismo, sobre os circuitos turísticos e sobre os papéis dos atores envolvidos. Assim, visando uma maior integração entre os atores sociais, o trabalho envolve negociações permanentes entre as instâncias participantes, articulações diversas e planejamento das ações participativas (RAMOS, 2007).

Sobre o pilar social, Sachs (2008) afirma que esse é um pilar fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais. Percebe-se que as diretrizes de inclusão e integração social dos circuitos turísticos se encaixam na teoria de Sachs, afinal, conforme visto anteriormente, a inclusão tem por objetivo facilitar as relações sociais, culturais, políticas e econômicas, compreendendo a região como um espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais. A Integração e participação social tem o objetivo de fortalecer o protagonismo da cadeia produtiva da atividade turística

regionalmente, no conjunto dos municípios e nos processos de gestão das políticas públicas.

Ainda dentro do pilar social, as características de demanda variadas e multitemática dos circuitos turísticos oferecem diversidade em atrativos e saberes populares devido aos municípios terem aspectos distintos (religioso, negócios, saúde, eventos, rural, ecológico, cultura, gastronomia), além de possuírem demandas variadas, alcança todas as classes sociais de acordo com as características locais.

Do ponto de vista do pilar ambiental, Sachs (2008) afirma que o pilar ambiental possui duas dimensões: como sistema de sustentação da vida e como lugar para armazenar resíduos. Os circuitos turísticos possuem diretrizes claras quanto à proteção do sistema de sustentação da vida uma vez que fomenta os cuidados com a natureza, o respeito à carga turística apropriada à região com um controle efetivo do armazenamento de resíduos deixados pelos turistas. Além disso, em suas diretrizes sobre a sustentabilidade, os circuitos turísticos têm o dever de preservar a identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais e entender o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para tal.

O pilar territorial, segundo Sachs (2008), se relaciona com a distribuição espacial das populações, recursos e atividades. Esse pilar está na essência da criação dos circuitos uma vez que o projeto contempla uma abordagem territorial para unir cidades com características geográficas parecidas e criar uma sensação de identidade regional a partir das aproximações socioculturais, ambientais e físicas. Desta forma, valores são agregados para o turista em um mesmo território através de múltiplas possibilidades de atrações e acarreta na permanência do turista no território do circuito. Conseqüentemente, esta união de forças faz com que as cidades tenham um retorno econômico da atividade (com a viabilidade econômica como fator determinante para que as coisas sejam realizadas) de maneira responsável e sustentável.

Referente ao pilar econômico, Sachs (2008) afirma que a viabilidade econômica é fator determinante para que as ações sejam realizadas. Para concretizar os projetos de um circuito turístico, conforme visto anteriormente, é preciso que haja viabilidade econômica através da inovação, competitividade e infraestrutura. Conforme as diretrizes mencionadas para o turismo regional, é importante capacitar a cadeia produtiva do turismo de forma a fazer com que os destinos turísticos entendam que sua estruturação depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade, gerando a ampliação do número de associações, cooperativas, micro e pequenas empresas, formalização dos serviços e qualificação das pessoas, articulação de redes, investimentos em tecnologias entre outros processos que buscam ofertar produtos e serviços segmentados que consigam agregar valor ao patrimônio sociocultural e ambiental e, como resultado, amplia a capacidade de produção, de postos de ocupação, disseminação e logística para a circulação de produtos e serviços e por fim gerar renda ao território. Ações como esta geram negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

Importante destacar também que os centros turísticos detêm infraestrutura turística diversificada com preços variados. Eles possuem equipamentos e serviços mais aprimorados e sofisticados do que as unidades turísticas que são mais simples nesse sentido (restaurantes, postos de informação turística, hotéis, pousadas, albergues, sinalização turística, etc.).

Além disso, conforme defende Sachs (2008), o aperfeiçoamento organizacional de pequenos produtores, artesãos e pessoas ligadas ao setor de serviços é tão importante quanto o aperfeiçoamento técnico.

No que diz respeito ao pilar da política onde Sachs (2008) defende a administração democrática, liberdade de atuação e representação verdadeira para que as coisas se realizem, os circuitos turísticos, se bem organizados, tem o poder para articular e desenvolver ações que trarão o desenvolvimento sustentável do turismo na sociedade que está inserida, pois estes pilares de sustentabilidade estão em sua origem.

A divisão das responsabilidades é um aspecto fundamental da participação da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo nas regiões. Isto se dá a partir do entendimento que os atores locais começam a ter sobre o papel do Estado, do setor privado e de seu próprio papel. Esse processo de participação efetiva da comunidade nas tomadas de decisões políticas só é possível através da corresponsabilidade de cada ator social (EMMENDOERFER, 2008).

Esse processo, de corresponsabilidade, permite uma análise realista das propostas, uma postura proativa na resolução de problemas e, o principal, a “apropriação” do projeto pelo próprio associado, fundamental para o comprometimento com as ações planejadas (IRVING, 2002). Sempre lembrando que é fundamental o papel da iniciativa privada junto ao poder público que deve ter participação efetiva nas atividades turísticas do município (BARRETO, 1995; BOLSON, 2004).

#### **4 Considerações Finais**

Este artigo enfatizou uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável a partir da inserção dos circuitos turísticos na arena de políticas públicas de turismo de forma a contribuir para o estabelecimento de novos padrões de desenvolvimento com o olhar mais cooperativo e pensamento nas gerações futuras. Evidenciou que o turismo pode ser sustentável se o planejamento para o desenvolvimento da atividade turística compreender todos os atores sociais envolvidos neste processo.

Sob a perspectiva de desenvolvimento de Sachs, constatou-se que as premissas dos circuitos turísticos de Minas Gerais, de fato, harmonizam-se com os pilares da teoria de desenvolvimento de Sachs que são: social, ambiental, territorial, econômico e político. Os circuitos atendem ao princípio de que “o planejamento moderno é participativo e dialógico”. Além disso, prima pela promoção dos empreendimentos coletivos impulsionados por políticas públicas do estado, ações já apontadas como importantes por Sachs (2008).

O turismo tem sido política pública fundamental para a promoção do desenvolvimento em diversos lugares do mundo, principalmente em economias consideradas de pequeno porte. Porém, é necessário que haja um produto turístico de grande atratividade para que os turistas queiram ir até o local, aumentar o tempo de permanência e conseqüentemente gastar mais. Além do mais, vários produtos turísticos podem estar em regiões contíguas, mostrando a necessidade de um planejamento regional, coordenado entre os atores envolvidos no processo, estimulando a cooperação e o desenvolvimento de ações em conjunto. Todas estas características são pertinentes aos circuitos turísticos e ajustam-se à teoria de desenvolvimento de Sachs.

O turismo interno de massas através das festas populares, festivais, cerimônias religiosas, espetáculos, cultura e gastronomia está se integrando nas estratégias de desenvolvimentos regionais de numerosas microrregiões, estimulando o enriquecimento cultural. Diversas regiões do Brasil possuem um artesanato artístico de qualidade, mas pouco explorados por redes de restaurantes e hotéis. Existe aí um mercado potencialmente a ser desenvolvido. Neste sentido, os circuitos turísticos, atuando como estâncias regionais, como associações que são abertas à participação da sociedade organizada, trabalhadores e iniciativa privada, podem fazer a diferença quando bem geridos. Assim, os espaços de desenvolvimento são articulados, a sinergia entre os atores acontece e o equilíbrio e compromisso com as metas do desenvolvimento do turismo sustentável (econômica, política, social, ambiental, territorial) são alcançadas.

Por fim, reconhece-se que a concepção de circuitos turísticos, como foi elaborada, pode ser uma ferramenta propícia a impulsionar o desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado proposto por Sachs, reforçado pelo pensamento de Amartya Sen e outros autores.

## Referências

DE AGUIAR, H J P; DO ROCIO SOUZA, S. Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural. **Revista Cenário**, v.5, n.8, p. 109-111.

ARAUJO, C M. Civil Society Participation in Public Policy Processes in Brazilian Tourism: The Itapararanga-Sorocabana Touristic Region Forum. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET**, p. 8-14, 2014.

BAQUEIRO, A H. The participation of civil society organizations in public policies in Latin America. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 1, p. 86-104, 2016.

BARBOSA, F. F.; O Turismo como um Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional. Instituto de Geografia UFU – Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia**. v.6, n14, 10(14)107-114, Fev/2005

BARRETO, M.; **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira.** São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, M. C.; **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, M.C.; MOESCH, M. A. Teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Revista Turismo: Visão E Ação.** v. 19, n. 3 (2017): Setembro-Dezembro.

BOLSON, J. H. G. Circuitos Turísticos de Minas Gerais-Modelo de Regionalização. **Revista Turismo,** Ago/2004. [on line] Disponível em: <http://www.revistaturismo.com/artigos>, 2004.

BOTELHO, E. S.; FRAGA, C. Planejamento e Desenvolvimento Local do Turismo: um estudo sobre ferrovia, turismo e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET,** v.5, n.3, p. 55-63, 2015.

BRASIL. Ministério Do Turismo. Programas De Regionalização Do Turismo – Roteiros Do Brasil – Diretrizes. 2013.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. **Turismo, cultura e desenvolvimento. Campina Grande: EDUEPB,** p. 75-98, 2012.

CAPANEGRA, C. A. Política Turística Argentina (1956-1976): de la agenda social a la agenda económica. In: **VI Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, Neuquén.** 2014.

DE CARVALHO, F. C. C. Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET,** v. 4, n.3, p. 93-96, 2014.

CRUZ, R. C. A. (2001). **Introdução à Geografia Do Turismo.** São Paulo: Roca.

DIAS, R.; **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DOTTO, D. M. R.; DENARDIN, A.C., PONS, M.E.D.; CERETTA, C.C. Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no território Quarta Colônia, RS, Brasil. **Turismo-Visão e Ação,** v. 20, n. 1, p. 132-157, 2018.

EMMENDOERFER, L. A.; Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Turismo em Análise,** vol.19, n. 2, ago. 2008.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão.** São Paulo: Iglu: Fapesp. (2007).

FREIRE, I. S.; FERREIRA, H. C. H. O Turismo de Base Comunitária como Alternativa de Desenvolvimento Local: o Caso de Curuçá-Pará. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET,** v. 5, n.3p. 36-44, 2015.

FISCHER, T. A Gestão do Desenvolvimento Social: Agenda em Aberto e Propostas de Qualificação. In: **VII Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública**. Anais Do Congresso Portugal: Lisboa. 2002.

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio De Janeiro: Editora FGV. 2006.

FUINI, L. L. A governança territorial e suas manifestações: arranjos produtivos locais (APLs) e circuitos turísticos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v.13, n.1, P.9-22, 2011.

GERLACH, F. R.; BATALHA, M. O. Organização Da Produção E Perfil Das Associações Paulistas De Produtores De Leite. In: **XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP**. Anais Do Congresso Ouro Preto: Brasil. (2003): 221.

GHOSH, R. N.; SIDDIQUE, M. A. B. **Tourism and economic development**: case studies from the Indian Ocean Region. Routledge. 2017.

GOHN, M. G. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: ALMEIDA, M. L. P.; JEZINE, E. (Org). **Educação e Movimentos Sociais**: Novos Olhares. Campinas: Alínea. p. 33-54, 2007.

GOMES, B. M. A.; SANTOS, A. C. Turismo em Minas Gerais: uma análise a partir da nova economia institucional. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais Do Congresso Londrina: UEL. 2007.

GOMES, B. M. A.; SILVA, V. J.; SANTOS, A. C. Políticas públicas de turismo: uma análise dos circuitos turísticos de minas gerais sob a concepção de cluster. **Revista: Turismo em Análise**, v.19, n.2, 2008.

HARRIS, R.; GRIFFIN, T.; WILLIAMS, P. **Sustainable tourism: a global perspective**. Oxford: Butterworth-Heinemann. 2002. 311 P.

IRVING, M. A. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura. 2002.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio De Janeiro: Letra e Imagem. p. 108-121, 2009

LORENDAHL, B. New cooperatives and local development: a study of six cases in Jaemtland, Sweden. **Journal of Rural Studies**, v.12, n.2, p. 143-150, 1996.

MACBETH, J.; CARSON, D.; NORTHCOTE, J. Social capital, tourism and regional development: SPCC as a basis for innovation and sustainability. **Current issues in Tourism**, v.7, n.6, p. 502-522, 2004.

MALAQUIAS, M. A. O. M. **Desenvolvendo turismo** – para prefeitos e secretários. FECITUR – Federação dos circuitos turísticos do estado de Minas Gerais. Lúmen Gráfica. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria De Estado De Turismo De Minas Gerais- ICMS Turístico. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/index.php>. Acesso em out.2018.

MOLINA, S. O **Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph. 2003.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability**: development, globalization and new tourism in the third world. Routledge. 2015.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas. 2000.

OLIVEIRA, A. M. Ensaio teórico: o significado da cultura para o turismo com base local. **Caderno Virtual de Turismo**, v.6, n.4, 2006

OLIVEIRA, M. F.; GONÇALVES, C. A. Cooperative organizational networks strategy: a study in the tourism center, Minas Gerais, Brazil. **Iberoamerican Journal Of Strategic Management - IJSM**, v.10, n.2, p. 34-57, 2011.

PIMENTA, R. L. **Estudo do relacionamento entre associações e associados**: o circuito turístico caminhos do sul de Minas. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal de Itajubá, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/1081>.

QUANDT, C.; FERRARESI, A.; KUDLAWICZ C.; MARTINS, J.; MACHADO, A. Social innovation practices in the regional tourism industry: case study of a cooperative in Brazil. **Social Enterprise Journal**, v.13, n.1, p. 78-94, 2017.

RAMOS, B. A. **A formação de circuitos turísticos como forma de atração e permanência de visitantes**: uma avaliação dos gestores sobre os fatores de atratividade dos circuitos turísticos de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado), Centro Universitário Una, Belo Horizonte. 2007.

REZENDE, C. F.; REZENDE, D. C. Impactos do Turismo: uma análise sob a ótica da população receptora. In: **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Anais Do Congresso Brasília, DF. 2005.

RICUPERO, R. **Esperança e Ação**: a ONU e a busca de desenvolvimento mais justo. São Paulo: Paz E Terra. 2002.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec. 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 6. Ed. Campinas: Papirus. 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. ISBN 85-7617-04-X, 152p, Rio De Janeiro: Garamond. 2008

SANTOS, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental**: caso são roque de minas, MG. 2004. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UFLA, Lavras, MG. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/3229>

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio De Janeiro-São Paulo: Record. 2008.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n.1, p. 36-59, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1. Ed., 416, São Paulo: Companhia das Letras. 2000. ISBN 9788571649781.

SETTE, I. R. O Programa de regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas. **Revista Turismo Em Análise**, v. 28, n. 1, p. 112-133, 2017.

SETUR-MG. **Circuitos Turísticos Informações**. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br>. Acesso em mar.2018.

SOUSA, C. R. **Representações Sociais da questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano: um estudo multicase em laticínios de Lavras/MG**. 2003. 189 p. Dissertação (mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

SOUZA, M. J. B.; FERREIRA, E.; SOUZA, C. A. B. O setor turístico sob o enfoque do desenvolvimento sustentável: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. In: **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Anais... Brasília, DF. 2005.

SONAGLIO, K. E. Aproximações entre o turismo e a resiliência: um caminho para a sustentabilidade. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v.20, n.1, 2018.

STODDARD, J. E.; EVANS, M. R.; DAVÉ, D. S. Sustainable tourism: the case of the Blue Ridge national heritage area. **Cornell Hospitality Quarterly**, v.49, n.3, p.245-257. 2008.

SZEKUT A. Patrimônio em ação: turismo e sustentabilidade. **Caderno de Estudos e Pesquisa em Turismo**, v.6, n. 8, p. 56-69, 2017.

TELFER, D. J.; SHARPLEY, R. **Tourism and development in the developing world**. Routledge. 2015.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. **Tourism Management**, v.27, n.3, p. 493-504, 2006.

UNWTO. World Tourism Organization. Disponível em: <http://www2.unwto.org/content/why-tourism>. Acesso em out. 2018.

VAN BELLEN, H. M. As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação. **Revista De Ciências Da Administração**, v.12, n. 27, p. 143-168. 2010.

VERDINELLI, M. E. P. A Problemática da mudança global no turismo. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v.4, n.10, p.9, 2001.

### **CONVERGENCES BETWEEN THE TOURISM CIRCUITS OF MINAS GERAIS IN BRAZIL AND SACHS' SUSTAINABLE DEVELOPMENT THEORY**

**Abstract:** *The purpose of this article is to discuss, from the point of view of Sachs' development Theory, how the Minas Gerais Tourism Circuits in Brazil may act as regional main characters in the sustainable development of tourism. The association model planned as tourism circuits put together public sector, private initiative and civil society. The Minas Gerais Tourism Council (SETUR / MG) was the governmental department responsible for implementing these models based on the regionalization program of the Brazilian Ministry of Tourism. Its implementation has made the State of Minas Gerais the pioneer in this type of program, serving as a model for other States of the Federation. A theoretical research was conducted on sustainable development, sustainable tourism and tourist circuits' concepts, as well as guidelines of the Brazilian Ministry of Tourism regionalization program. Results showed that Tourist Circuits of Minas Gerais principles are according to Sachs development Theory pillars, such as social, environmental, territorial, economic and political and they can be an effective tool to promote sustainable development proposed by Sachs.*

**Keywords:** *Sustainable Development; Sustainable Tourism; Tourist Circuits of Minas Gerais.*